e setenta e nove cêntimos, recaindo a obrigação sobre todos os sócios, na proporção das suas quotas.

1 — Salvo deliberação em contrário, a sociedade é obrigada a pagar juros à taxa legal, sobre os montantes mutuados, bem como a reembolsa-los no prazo máximo de dois anos, a contar do suprimento efectivo.

ARTIGO 6.º

1 — A cessão total ou parcial de quotas, entre sócios, é livre.

2 — Na cessão de quotas, a título oneroso ou gratuito, a terceiros, total ou parcial, depende do consentimento da sociedade, à qual em primeiro lugar e aos sócios em segundo, é atribuído o direito de preferência.

3 — Se todos os sócios desejarem exercer o seu direito de preferência, fã-lo-ão na proporção das respectivas quotas.

ARTIGO 7.º

Os sócio cuja quota não esteja integralmente realizada têm o prazo de três anos para a realizar, findo o qual poderá a sociedade amortizar a quota em questão, ou decidir em assembleia geral, pela exclusão do sócio remisso.

1 — A amortização far-se-á pelo valor da quota que tenha sido entretanto realizado, segundo o último balanço, e em caso de resultado positivo e favorável ao sócio, será pago a este, no prazo de seis meses a contar da deliberação.

2 — Aos sócios cuja quota não esteja integralmente realizada não serão distribuídos lucros, nem serão admitidos a votar em assembleia geral, a menos que em assembleia geral convocada para o efeito, seja deliberado em sentido diverso.

ARTIGO 8.º

1 — A sociedade pode amortizar quotas com o consentimento do respectivo titular e ainda nos seguintes casos:

a) Quando o sócio não observar a obrigação de preferência prevista no número um do artigo anterior;

b) Quando a quota for arrestada, penhorada, dada em penhor, incluída em massa falida ou insolvente ou objecto de qualquer apreensão judicialmente decretada e se o titular a não libertar em prazo em que a gerência lhe fixará;

c) Quando, falecido um sócio, os seus herdeiros não designarem um deles para os representar na sociedade no prazo de 30 dias a contar do falecimento.

2 — A amortização far-se-á pelo valor da quota segundo o último balanço, que será pago no prazo de seis meses a contar da deliberação.

ARTIGO 9.º

A sociedade poderá adquirir participações noutras sociedades já existentes ou a constituir, ainda que com objecto diferente, e em sociedades reguladas por legislação especial, podendo participar em agrupamentos complementares de empresas, nos termos permitidos na lei.

ARTIGO 10.º

Os lucros líquidos que resultem do balanço poderão ser destinados a reservas, fundos, reinvestimentos ou provisões sem qualquer limitação ou distribuídos no todo ou em parte aos sócios se assim for deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 11.º

Para dirimir os litígios emergentes da interpretação e aplicação dos estatutos, as moções de impugnação de deliberações ou de qualquer acção judicial é competente o Foro da Comarca judicial onde se localizar a sede, com renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 12.º

A assembleia geral pode deliberar a não aplicação de normas dispositivas do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 13.º

A sociedade poderá constituir mandatários para a prática de certos actos ou categorias de actos, os quais obrigarão a sociedade nos termos e com a extensão dos respectivos mandatos.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

26 de Março de 2002. — A Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)
1000057550

DELÍCIA DA DOCA — RESTAURAÇÃO, L.ª

Sede: Docapesca, Sines

Conservatória do Registo Comercial de Sines. Matrícula n.º 00870/030512; identificação de pessoa colectiva n.º 506586758; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 06/20050516.

Certifico que, por acta de 12 de Maio de 2003, Marco Gonçalo José dos Santos foi nomeado gerente da sociedade em epígrafe.

6 de Junho de 2005. — A Ajudante, em exercício, *Maria Irene Alonso Tielas Rodrigues.*
2010066677

VIANA DO CASTELO

CAMINHA

CÉSAR VAZ, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Caminha. Matrícula n.º 846/20040629; identificação de pessoa colectiva n.º 507031768; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 2; números e data das apresentações: 2 e 3/20050222.

Certifico que, por escritura de 17 de Fevereiro de 2005, a fl. 9, do livro n.º 148-D, do Cartório Notarial de Caminha, José Adélio Ribeiro da Rocha Pereira Amorim cessou funções de gerente, por renúncia, na sociedade em epígrafe, e pela mesma escritura, foi aumentado o capital social em 45 000 euros, subscrito em dinheiro, passando a ser de 100 000 euros, tendo sido alterado o contrato de sociedade, no artigo 3.º, passando a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cem mil euros correspondente à soma de três quotas, uma no valor nominal de oitenta e cinco mil euros, pertencente ao sócio César da Silva Vaz e duas no valor nominal de sete mil e quinhentos euros cada, ambas pertencentes ao sócio Manuel Almerindo Fernandes de Amorim Codeço.

O texto completo do contrato de sociedade, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

25 de Fevereiro de 2005. — A Conservadora, *Helena Maria Rego Pires Moreira Presa.*
2006189328

IMOEUROGO — EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Caminha. Matrícula n.º 530/970402; identificação de pessoa colectiva n.º 503933945; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 7/20040809.

Certifico que, por escritura de 27 de Julho de 2004, a fl. 45 do livro n.º 312-B do 1.º Cartório Notarial de Barcelos, foi aumentado o capital social em 95 000 euros, subscrito em dinheiro, passando a ser de 100 000 euros, tendo sido alterado o contrato de sociedade em epígrafe, no artigo 3.º, n.º 1, passando a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos diversos bens e valores do activo, é de cem mil euros, dividido em quatro, sendo duas iguais do valor nominal de mil duzentos e cinquenta euros cada, pertencendo uma a cada um dos sócios Manuel Dias Felgueiras e Maria Madalena Pereira de Magalhães e duas iguais de quarenta e oito mil setecentos e cinquenta euros cada, pertencendo uma a cada um dos sócios Maria do Carmo de Magalhães Felgueiras e Pedro Miguel de Magalhães Felgueiras.

2 — (*Mantém-se.*)

O texto completo do contrato de sociedade, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

13 de Agosto de 2004. — A Conservadora, *Helena Maria Rego Pires Moreira Presa.*
2006195433